

O “Rio Civilizador” e o “Vale do Cariri”: a eletrificação urbana do Sul do Ceará (1949-1961)¹

Assis Daniel Gomes²

RESUMO

Neste artigo, tencionamos introduzir uma análise das construções imagético-discursivas do Rio São Francisco, sua vinculação à história do Cariri e o cenário político-econômico para a criação da Companhia de eletricidade do Cariri (CELCA). Escolhemos como recorte temporal a criação do Comitê pró-eletrificação e industrialização do Cariri (1949) e da CELCA (1961). Nesse período, as questões econômicas, políticas e culturais imbricaram-se com a importância desse recurso natural nos discursos tanto a nível nacional como local. As (re) invenções, então, da imagem do Rio São Francisco na história do Cariri deram-se em uma correlação de forças entre o passado, presente e futuro.

Palavras-Chave: história do Cariri; eletrificação; Rio São Francisco.

ABSTRACT

In this article, we intend to introduce an analysis of the imagery-discursive constructions of the São Francisco River, its link to the history of Cariri and the economic environment for the creation of the Cariri electricity company (CELCA). Chosen as time frame the creation of pro-electrification and industrialization of Cariri Committee (1949) and CELCA (1961). During this period, economic, political and cultural issues are intertwined, forming with the importance of this natural resource in the speeches at national and local level. The (re) inventions, then the image of the San Francisco River in Cariri stories handed on a balance of power between the past, present and future.

Keywords: history of Cariri; electrification; São Francisco River.

¹ Artigo recebido em 10 de setembro de 2014 e aprovado em 29 de novembro de 2014.

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP).

Depois da Segunda Guerra Mundial (1945) as políticas financeiras promovidas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelos Estados Unidos da América (EUA), através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) e Plano Marshall, respectivamente, não tinham meramente uma repercussão econômica nos países acertados por esses benefícios. Mas, mormente na vida cotidiana da população dos países galardoados por esse subsídio, fomentando, assim, uma maior propagação de novas maneiras de viver e o aditamento da aspiração de senhoreá-las, por exemplo, o alargamento da seguinte guisa: *American way of life*.

Esses planos econômicos objetivavam promover a (re) estruturação e (re) construção dos países afetados pelos infortúnios desse conflito mundial. Mas, outrossim, intentavam o fortalecimento de seus grupos, abarcando, assim, nessa política econômica os países pobres e necessitados de financiamentos com o propósito de medrá-los. Isso foi um dos elementos intensificadores do processo de industrialização e urbanização de alguns desses países, que até então tinham maior índice populacional na zona campestre em proporção com a citadina. Essa política almejava o robustecimento dos laços entre essas nações que defendiam uma economia de cunho capitalista ou socialista, encarnando-se, para isso, efetivamente essas ideologias em seus programas de chancelamento econômico.

O aumento demográfico da zona urbana, o investimento do capital estrangeiro e as descobertas tecnológicas acometeram a produção de bens duráveis. Concedem também um avolumamento desses artefatos e de suas empresas, propiciando melhores importes aos consumidores e brevidade na fabricação desses artigos. As fronteiras dos territórios foram acometidas pelas leis de mercado, pelos novos objetos que embeveciam os lares de uma classe mais apaniguada da sociedade. E, por conseguinte, despertavam expectativas e anelos aos mais pobres em possuir tais artefatos que encantavam os olhares das donas de casa pela forma-estilo e ideia de conforto grassada, por exemplo, nos anúncios em jornais³.

O aumento desse consumo tinha como principal marketing: *um conforto do lar e para o lar*. Como também a promoção de um tempo para o lazer no Brasil. A eletricidade tornou-se imprescindível também para o funcionamento desses artefatos de base elétrica e o avanço da industrialização. Logo, os problemas do país com o suprimento de energia

³ Para Giavara, o consumo de padrões norte-americanos instalados, por exemplo, nos países europeus pós-1945 vinculava aos objetos fabricados e divulgados como símbolo do mundo moderno as consequências ambientais e os impactos dessa nova forma de viver. Segundo ele, os “carros, televisores, aparelhos eletrônicos e tantas outras novidades do mundo moderno passaram a fazer parte do cotidiano de milhões de famílias na Europa. Mas, atrás disso, se escondiam problemas como a poluição e os limites dos recursos energéticos e do meio ambiente” (2011, p.579).

ininterrupta e potente, nos discursos arrolados à época, deveriam ser solucionados caso se ansiasse pela modernização do país.

Para Silva (2011), no Brasil duas empresas estrangeiras assumiam a incumbência de produzir e disseminar a energia às regiões, a saber, a *Light and Power* e *American and Foreign Power* (Amforp). Elas, sem embargo, não avistavam a região Nordeste e Norte do país como espaços lucráveis para a expansão de suas redes elétricas, dessarte os dispêndios nesse empreendimento não seriam em curto prazo ressarcidos, levando em conta a ínfima quantidade de consumidores existente nesses territórios.

Nessa época, a relação entre a industrialização e modernização estava vinculada com a chegada desse recurso que levaria consigo várias possibilidades de mutação, a saber, a vinda de novos objetos tecnológicos, que cambiavam o cotidiano das regiões e o fomento de um desenvolvimento de base industrial, símbolo de progresso e de um estilo de vida moderno. Visando resolver o problema energético do Nordeste e promover sua industrialização, o governo federal maquinou a construção da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF) em 1945⁴.

A partir disso, múltiplas imagens do Rio São Francisco foram sendo bricoladas, transformadas e (re) inventadas. Ele saiu da condição de um elemento da natureza que promovia o material necessário ao consumo humano, a água, para fornecer, através da manipulação e dominação do homem de sua força hídrica, a energia. Esse insumo produzido pela intervenção do homem na natureza do Velho Chico era imprescindível, à época, para utilização pelo país de objetos ditos modernos e à industrialização da região Nordeste, considerada pobre e atrasada tecnicamente.

Esse sonho do progresso via eletricidade também foi partilhado pela região do Cariri cearense, ou seja, os anseios da elite caririense de industrializar essa espacialidade foram projetados enquanto expectativas e utopias⁵ em favor de uma dada modernização.

⁴ Ressaltamos, contudo que esse projeto não fora aceito pacificamente pelas alas da sociedade civil, mas motivou estopins de tensões e acirramentos de disputas econômicas e políticas. Por exemplo, de acordo com Silva, os *privatistas* e os *tupiniquins* viviam em constantes tensões em relação a quem deveria fornecer esse recurso no país, às tarifas a serem cobrados pelo serviço, quem o faria (concessão) e “os financiamentos de sua expansão”. (2011, p.15).

⁵ Pensamos aqui utopia, como uma projeção ideal, mas também mobilizadora do presente que teria como meta um fim. Ou seja, na documentação analisada, para este artigo, encontramos demasiadamente o termo “marcha”. Essa palavra simbolizava fortemente a ideia teleológica de um fim e que esse fim era um processo de evolução. Nas tramas discursivas analisadas utilizava-se o discurso do passado para legitimar as mudanças e o “progresso”, mas também havia manipulações de traços da tradição que foram ressignificadas para simbolizar as particularidades identitária e fomentar o crescimento econômico da localidade. Por exemplo, no caso do Cariri cearense, lembramos o folclore, por exemplo, a Banda Cabaçal, e a religiosidade popular em padre Cícero Romão Batista. A utopia, então, seria as idealizações do futuro feitas pelas imagens de expectativas do porvir e suas relações como motivadoras de ações no presente em vista da efetivação

Nesse momento, os intelectuais desse território procuram (re) afirmar as suas particularidades, mas ligando-as ao discurso do moderno. Por exemplo, os que se congregaram ao Instituto Cultural do Cariri (ICC)⁶, buscaram reinventar e dar visibilidade aos elementos que a destacava dos lugares circunvizinhos, a saber, eles eram: natureza, história e folclore (SILVA; GOMES, 2011). Conforme Marques, a inserção da ideia de moderno no Cariri a partir de 1950, não veio como um furacão que assolou as práticas tradicionais da região, nem tampouco engendrou a exterminação dos pormenores locais. Ela fora, para esse antropólogo, uma “modernidade encarnada”, em que havia a “coexistência entre estes fluxos”, ou seja, o moderno e a “ideia de tradição”. (2008, p.196).

Para isso, a sua elite intelectual, política e econômica criou o Comitê pró- eletrificação e industrialização do Cariri a fim de pelear na seara política nacional por esse recurso em 1949. Depois de vários embates políticos estaduais e federais o Cariri logrou ser atingido pela expansão das redes da CHESF, sendo vital a fundação em 1961, em seu território, de uma empresa elétrica mista para administração desse recurso energético, sua venda e expansão regional, a saber, a Companhia de eletricidade do Cariri (CELCA).

Objetivamos, neste artigo, analisar o cenário político-econômico em prol da eletrificação do Cariri, algumas construções imagético-discursivas do Rio São Francisco, sua vinculação a história do Cariri e o cenário político-econômico para a criação da CELCA. Nesse sentido, buscamos, a partir de indícios, as teias de relações entre a expansão da energia da CHESF ao Cariri e a imagem do rio nos discursos oficiais do governo e de J. Figueiredo Filho⁷ (JFF).

A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA CHESF E SUA EXPANSÃO PARA O CARIRI CEARENSE

dessa projeção futura, ou seja, a relação ínfima entre utopia e ideologia. Por isso, a construção na região dos Institutos Culturais, Escolas, faculdades privadas, emissoras de rádio e em 1949 do Comitê pró- eletrificação e industrialização do Cariri visando à energia elétrica da CHESF. Consoante Baczko, ao comentar a relação de utopia e ideologia para Karl Mannheim, afirmou que as utopias “são as aspirações, ideias e sistemas de valores dos grandes movimentos sociais que se exprimem” e que elas imprimem “a sua marca ao conjunto da cultura de uma época, constituindo um factor essencial de qualquer movimento de massas e de qualquer transformação histórico e social radical” (1985, p.351).

⁶ O ICC foi fundado na cidade do Crato em 1953 e tinha como finalidade “o estudo das ciências, letras e artes em geral, e, especialmente, da História e da Geografia Política do Cariri” (ITAYTERA, n.I, 1955, p.181).

⁷ José de Figueiredo Filho (JFF) nasceu na cidade do Crato-Ce em 14 de julho de 1904 e morreu no dia 29 de agosto de 1973. Graduado em Farmácia pela Faculdade de Farmácias e Odontologia do Ceará, escritor, folclorista, historiador, membro da academia cearense de Letras, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, professor do curso de história da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), especificamente da disciplina de história do Cariri, um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC) em 1953 e da Revista Itaytera (1955). Escreveu as seguintes obras: Renovação (1941); Meu mundo é uma farmácia (1948); Engenhos de rapadura do Cariri (1958); O folclore do Cariri (1962); Folguedos infantis caririenses (1966); História do Cariri (v.1,v.2,v.3, v.4) (1964) e Patativa do Assaré: novos poemas comentados (1970).

No segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), o país vivenciava um diferenciado cenário político em relação ao Estado Novo (1930-1945). Nesse o grupo dos nacionalistas tinha força na política brasileira e o momento em que se situava era de uma conjuntura internacional de tensões diplomáticas e de conflitos armados no estopim da Segunda Guerra Mundial⁸. Nos anos que Vargas voltou ao poder pela segunda vez foi o momento em que o Brasil presenciou e experimentou uma aceleração técnica, econômica e cultural. Isso se acarretou no cenário internacional pelo fim da Segunda Guerra (1945) e o início da Guerra Fria, que, por sua vez, fracionou em dois pólos o mundo: de um lado os capitalistas e do outro os socialistas. Na batalha entre esses dois grupos, em seu confronto indireto, por meio da corrida armamentista e tecnológica, as aplicações perpetram-se em pesquisas de ponta para a produção de armas e tecnologias avançadas⁹ à época.

O Brasil pós-1945 estava galgando política e economicamente os ideais de uma República Democrática de cunho liberal e algumas ações de desobstrução da economia aos investimentos estrangeiros. Essa tolerância e assimilação do mercado nacional ao capital exterior estavam arredadas aos escopos radicais alegados pelo grupo dos nacionalistas, nem tampouco uma possível ação intervencionista do estado no controle dessas empresas e suas atuações na plaga brasileira. Vargas se deparou, desse modo, em seu segundo governo com grupos políticos e empresariais defensores da restrição das atitudes protecionistas do estado na economia da nação. Para Barreto (2010), mesmo assim auferiu mover a construção de projetos nacionalistas. O primeiro cativou a população e a imprensa, pungindo a sua participação ativa nas ruas em prol de defender a campanha *o petróleo é nosso*, que, por sua vez, incorporava o projeto de edificação da Petrobrás (1953). Não obstante, sua ideia de conceber uma empresa nacional responsável pela produção de energia elétrica, a Eletrobrás, não foi bem recebida pelas empresas estrangeiras detentoras da concessão de uso, geração e venda desse insumo no país. Sendo, então, esse plano contestado e embargado no legislativo durante anos.

Criar a Eletrobrás para Vargas resolveria os entraves que se faziam urgentes para o país atuar no campo da energia elétrica através de sua intervenção e tutela na produção e expansão desse recurso. Para Leite (1996), o presidente já vinha pensando sobre a

⁸ Para Rémond, “na ordem dos sentimentos, a guerra e suas atrocidades, o “universo dos campos de concentração”, o extermínio sistemático de milhões de judeus deixam traços duradouros”. (1974, p.130).

⁹ Segundo Sevcenko, “após a guerra houve uma retomada do desenvolvimento científico e tecnológico, mas já era patente para todos que ele transcorria à sombra da Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos localizados nas periferias do mundo desenvolvido, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Quaisquer que fossem os avanços, o que prevalecia era a sensação de um apocalipse iminente” (2006, p.16).

construção desse empreendimento desde a chegada ao seu gabinete, no dia 4 de abril de 1944, do projeto de constituição de uma hidrelétrica para atender a região do Nordeste.

Essa proposta tencionava uma intervenção do Estado nesse setor de serviços em prol dessa região, pois o Sul e Sudeste eram atendidos por dois grupos privados que possuíam a concessão para a realização desses serviços, a *Light* e Amforp. Essas empresas não viam o Nordeste com bons olhos para a realização deste alto investimento financeiro em prol do fornimento de energia elétrica. Uma dessas alegações de recusa feita pelas empresas estrangeiras foi que esse território despossuía um quadro oportuno de consumidores e, conseqüentemente, o retorno dos gastos com a expansão das redes não seria suprido em um curto espaço de tempo. Segundo Penteadó Júnior e Dias Júnior, nessa época,

O setor elétrico começava a conhecer uma série de crises, marcadas, inclusive, por períodos de racionamento. O Estado vê-se obrigado a intervir no setor. Foi significativa a criação, pelo governo federal, da Chesf, em 1945, para fornecer energia a projetos industrializantes no Nordeste, pela primeira vez, o estado lançava-se diretamente na construção de usinas hidrelétricas. (1994, p.253).

Para eles, a eletricidade estava imbuída pela associação desse recurso energético ao desenvolvimento de modernização e transformações econômico-sociais dos territórios que o recebiam. Juntavam-se também duas projeções de ideias. A primeira proveniente do século XIX, que vinculava a chegada da eletricidade ao progresso, portando, por exemplo, o Brasil, a partir desse advento, a caçar empresas de cunho privado e de iniciativas individuais para o fornecimento dessa energia. E, por fim, a edificada no século XX, que aventava o advento da energia elétrica em uma região ou país perante um ínfimo liame com o processo de industrialização. (1994, p. 253).

Nesse sentido, com a criação da CHESF em 1945 e o início da construção da Usina de Paulo Afonso I, encetada em 1955, os políticos carienses empeçam a visualizar a exequibilidade de sua região ser atingida pelas redes dessa hidrelétrica. A partir dessa expectativa cogitam que a eletricidade potente e ininterrupta produzida pelas turbinas de Paulo Afonso fomentaria a industrialização regional. Tal discurso fazia-se ressoar no próprio projeto de criação da CHESF pelo governo federal, que enfatizava como de grande importância e premência para o semiárido brasileiro tê-la. Para Lobo, a “Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF) também foi concebida pelo governo como agente modernizador do Nordeste, dentro de um programa nacionalista desenvolvimentista” (1997, p. 340).

Os estados que compunham essa região procuram também entrar na disputa política a fim de serem contemplados pelas redes de Paulo Afonso. Os políticos cearenses não ficam de fora dela e do levantamento de fundos financeiros para custear as obras de instalações das redes no estado, caso se obtivesse seu desenlace na seara nacional. Em relação a isso, o Ceará conseguiu emendas parlamentares e verbas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, de acordo com Jucá (2003), em maio de 1959 o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) dispôs em caixa a quantia de 20.000.000,00 de cruzeiros para a eletrificação estadual. Consoante Leite (1996), o mal estar da elite caririense foi logo após a entrevista realizada por Colombo de Sousa e assoalhada no Jornal *O Povo*. Nela mencionou que “embora a área de abrangência da concessão da CHESF, um círculo de 450 quilômetros a partir do local da usina, incluísse 25 municípios do sul do Ceará nenhuma palavra era dada sobre o assunto” (1996, p.216).

Ao saberem dessa má notícia um grupo de caririenses formado de líderes políticos, comerciantes e intelectuais (bacharéis, professores da Faculdade de Filosofia do Crato, padres da Diocese do Crato, radialista etc) organizou-se em um comitê pró-eletrificação e industrialização do Cariri em 1949. Para Leite (1996), os caririenses associam-se e arrumam-se politicamente para promover debates e encontros públicos para obter a eletricidade produzida pelas usinas de Paulo Afonso com o intento de iluminar a região do Cariri cearense. Esse comitê compôs-se por juazeirenses, barbalhenses e cratenses, tendo como presidente o Hildelgado Belém de Figueiredo¹⁰ e cerne, para a realização de suas plenárias, Juazeiro do Norte.

Em 1952 o presidente Getúlio Vargas inaugurou a primeira turbina da Usina de Paulo Afonso I, todos os estados do Nordeste procuram fazer uma caravana oficial para lhe falar e solicitar a necessidade daquele serviço energético para seus territórios. O Cariri, entretanto, fez uma comissão à parte do Ceará. O Comitê ficou confiante com a declaração do Presidente da República sobre a eletrificação do sul do Ceará e ameniza as suas ações em prol da eletrificação da região, pois a tinha como certa.

Os deputados Manoel Novais¹¹ e Virgílio Távora¹² conseguiram verbas para a eletrificação do sul do Ceará com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca

¹⁰ Medico. Destacamos também que fez um estágio nos Estados Unidos da América.

¹¹ Nasceu em Floresta Pernambuco (PE) em de março de 1908 e morreu em 23 de janeiro de 1992. Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Possuidor de uma larga trajetória política, por exemplo, foi participante da Campanha Aliança Liberal (1929-1930), deputado pela Bahia (1933-1937), fundador do Partido Republicano da Bahia, eleito de Deputado Constituinte (1945-1952); (1954-1964) e através da Aliança Renovado Nacional (ARENA) se reelegeu deputado de 1964-1979 etc. Presidiu também a Comissão Permanente de Transporte e Cominações e a Comissão Especial da Bacia do São Francisco e da Comissão

(DNOCS), garantindo, assim, a participação do estado no projeto de expansão da CHESF, mas alegando que desconcordavam com a linha de força pensada para o Cariri de 135kv. Pois, para eles, a força dessa rede não permitia sua expansão ao restante do estado. Para Leite, “as forças políticas lideradas pelo deputado Virgílio Távora insistem que a linha de transmissão para o Cariri seja feita com tensão de 220 Kv” (1996, p.217). Conforme Silva Filho, essa bancada que defendia a eletrificação do Ceará, (re) afirmava, outrossim, a necessidade da terra cearense em se integrar ao “processo de modernização produtiva do país” fora “acentuado durante o governo de Juscelino Kubitschek” (2008, p.37).

Nesse neopalco de irresoluções e propostas por parte da bancada defensora da eletrificação do Estado, os caririenses inquietam-se com o plano de eletrificação total do Ceará e a especulação de um presumível abandono do *Sistema Cariri*. No ano de 1956, em meio a esse projeto do deputado Távora e das especulações sobre a permanência ou não do *Sistema Cariri*, os caririenses (re) organizam o comitê pró-eletrificação e industrialização de sua região e (re) compõem seu quadro de representantes. Que, de acordo com Leite, tinha a seguinte formação:

Presidente, Dr. Hildegardo Belém de Figueiredo; 1º vice, Dr. Décio Teles Cartaxo; 2º vice Ernani Brígido Silva; 1º Secretário, Dr. Geraldo Menezes Barbosa; 2º Secretário, Zilberto Fernandes Telles; 1º tesoureiro, Odílio Figueiredo; 2º tesoureiro, Elony Sampaio; comissão de propaganda: Wilson Machado (Rádio Araripe); Coelho Alves (Rádio Iracema); J.Lindemberg de Aquino (Rádio Araripe); Espedito Cornélio (Rádio Iracema); Dr. Antonio Fernandes Telles (associação comercial do Crato); Edmundo Morais (associação comercial de Juazeiro do Norte). Comissão de defesa: Prefeitos de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, Dr. Derval Peixoto, Dr. Geraldo Menezes Barbosa e Sr. Neroly Filgueira. (1996, p.217).

Consoante Leite (1996), o plano de eletrificação total do Ceará poderia suceder, para os caririenses coadunados nesse comitê, duas sequelas: o retardamento da chegada da energia elétrica ao Cariri ou um possível suprimento dessa obra por insuficiência de verbas, caso contemplasse todo o Estado. À vista disso, os discursos dos poderes públicos alegavam que se tinha conseguido recursos para a construção das linhas elétricas do Sistema Cariri, orçado em torno de 120 milhões de cruzeiros, e que para realizar o projeto de Távora era necessário o recurso financeiro de 610 milhões de cruzeiros.

Mista que tinha a finalidade de analisar a viabilidade econômico-financeira da Companhia do Vale do Rio Doce.

¹² Nasceu em Fortaleza-Ce em 27 de setembro de 1919 e morreu em 3 de junho de 1988. Em 1953 fez o Curso na escola superior de Guerra, sua trajetória política fora vinculada a União Democrática Nacional (UDN) e destacamos os seguintes cargos políticos que ocupou: Deputado Federal (1951-1959); no Governo de João Goulart foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas; em 1962 elegeu-se governador do Estado do Ceará.

As forças políticas da região do Cariri receberam essa notícia com pesar e empenham-se de todos os modos, via Comitê, roborar o movimento em prol da eletrificação do sul cearense. Nesse embate político que adquiriu proporções nacionais, o parlamentar estadual Wilson Roriz foi um dos defensores da região na Assembleia Legislativa. Segundo Leite, esse deputado em entrevista ao jornal *Unitário* em 24 de novembro de 1957 disse o seguinte: “se Fortaleza tiver, em 1960, energia de Paulo Afonso, terei o máximo prazer em me sentar numa cadeira elétrica em plena Praça do Ferreira, para receber toda a carga que ela jogar no Ceará. E quero que o Virgílio vá apertar o botão” (1996, p.218).

Virgílio Távora, então, passou a ser avistado como inimigo do Cariri ao perfilhar esse projeto, que, para o comitê, lesava e desservia o crescimento econômico e a industrialização do sul cearense. A Câmara Municipal de Juazeiro do Norte no dia 20 de setembro de 1956 discutiu na plenária uma nota alastrada pelo *Lins Club do Crato*¹³ que situou Virgílio Távora, como perseguidor da região e seu projeto como empecilho ao seu desenvolvimento econômico.

Os edis juazeirenses, nesse mesmo dia, requerem, com urgência, a remessa para todas as câmaras municipais do sul do Estado de uma carta de convocação para se congregarem em prol da luta e reivindicação em favor da eletrificação do Cariri aos órgãos competentes. Essa união, tencionada por essa câmara, era corroborada pela desavença contra um oponente comum (Távora), em favor do bem dos caririenses e com a finalidade de resguardar a participação da região no projeto de expansão da CHESF. Ressaltou também o vereador José Wilson que o *Lins Club de Juazeiro* deliberou algumas ações e negociações com as autoridades federais sobre esse assunto (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE (ACMJN), caixa 297, 20 de setembro de 1956, p.08b).

O comitê pró-eletrificação e industrialização se (re) organizou. Seu presidente o Dr. Hildegardo Belém Figueiredo requisitou o assentimento da Câmara Municipal de Juazeiro para representar os munícipes, pois se preparava para ir ao Rio de Janeiro a fim de proferir pessoalmente com o presidente da República e defender o plano de eletrificação do Cariri. Sua solicitação foi bem apreciada pelos edis, mas também o prefeito requisitou que em sua companhia, nessa função de mediação, fosse Dr. Antonio Conserva Feitosa¹⁴. Esse

¹³ Fundado no dia 22 de junho de 1937 e tinha como presidente Irineu Nogueira Pinheiro.

¹⁴ Nasceu em Triunfo-Pe no dia 14 de janeiro de 1907 e morreu 26 de dezembro de 2007. Em 1934 graduou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Pernambuco e em 1930 diplomou-se pela Escola Superior de

político não aceitou o invite, sendo, assim, disponibilizada essa autorização para o presidente do comitê. (ACMJN, caixa 297, 25 de setembro de 1956, p.13b).

O Comitê (re) bosquejou um itinerário de reuniões e sessões, sendo retomadas efetivamente em 30 de dezembro de 1956. No dia 29 de setembro do mesmo ano chegou à Câmara um ofício de Belém Figueiredo convidando os vereadores para essa plenária que ocorreu no domingo às 09h30min no Grêmio Monsenhor Joviniano Barreto. (ACMJN, caixa 297, 29 de setembro de 1956, p.17a). A tensão engendrada pelo presumível insucesso desse benefício proporcionou as discussões da Câmara de Juazeiro um teor de convocação e de arregimentação de soldados em prol da eletrificação e industrialização cariense. Para Silva Filho, essa “atmosfera atravessada por rápidas mudanças na economia, na cultura e na demografia” foi importante para que a questão energética assumisse uma “exponencial relevância- que ajuda a entender por que o referido projeto de um sistema elétrico exclusivo para o Cariri conseguiu promover tamanho mal-estar na seara política estadual”. (2008, p.57).

Nesse momento, as dessemelhanças intrarregionais colocam-se em segundo plano, os poderes públicos de Juazeiro, Crato e Barbalha passam a si visitar, constroem espaços de debates e idealizam ações tendo em vista a energização regional. Em visitação dos representantes da Câmara de Crato e Barbalha aos vereadores juazeirenses reforçam a importância da união dessas urbes para tutelar o esboço de eletrificação do Cariri, cuja abrangência era de 31 municípios. Nesse dia se propôs e deliberou a organização de mesas redondas a fim de levar essa discussão às cidades (ACMJN, caixa 297, 20 de outubro de 1956, p.29a).

Em 14 de outubro do mesmo ano fez-se uma mesa redonda em torno dessa temática, tendo como pauta o aprestamento da região para obtê-la e as especulações das possíveis lutas políticas pleiteadas a fim de consegui-la. Segundo Dr. Mozart Cardozo de Alencar¹⁵, nesse encontro, houve uma ênfase político-partidária. Por isso, solicitava aos presentes que os ânimos fossem concentrados exclusivamente para este objetivo: a

Guerra. Foi residir em Juazeiro do Norte a fim de exercer sua profissão no erário municipal em 1943 a 1950 e depois no Serviço de Assistência Médica (1953-1957). Médico do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a partir de 1958-1966 e fincou moradia em Fortaleza em 1966. Foi presidente e um dos fundadores do *Rotary Club de Juazeiro do Norte*, deputado estadual em 1951-1954 e prefeito de Juazeiro do Norte (1959-1963). Segundo Bem Filho, “foi o representante do município de Juazeiro o Norte” junto a CHESF no ano “de 1947 a 1952” para viabilizar a eletrificação da região do Cariri (2000, p.78).

¹⁵ Conforme Bem Filho (2000), ele nasceu em Barbalha-Ce no dia 28 de maio de 1903 e morreu em 15 de dezembro de 1996. Médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi morar em Juazeiro do Norte (JN) em 1931, foi médico do Padre Cícero Romão Batista, vereador em JN (1948-1950) (1955-1958), prefeito de JN (1973-1975) e sócio do Centro Juazeirense de Cultura.

eletrificação do Cariri. Dr Francisco Augusto Tavares alvitrou organizar novamente uma mesa de debates sobre o assunto, mas desta vez composta por técnicos e especialistas sobre o tema. (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b).

A cominação do grupo político de Virgílio Távora, para os poderes públicos juazeirenses, reforçava-se a cada sessão. Nesse ritual do tornar presente e atual as notícias em torno das querelas desse movimento se liam manchetes de jornais da Capital e traziam-se objetos para causar comoção aos presentes. Tais liturgias políticas de sensibilização e reforçamento desse ideal coletivo motivavam-se pelo senso de pertença ao território do Cariri. Para isso, intensificava-se a necessidade da proteção do sul do Ceará contra as coações da Capital cearense, cujo objetivo, para os políticos do sul do estado, era atravancar a modernização e industrialização caririense. Por exemplo, em 1 de outubro de 1956 o edil Dr. Francisco Augusto Tavares, com dois volumes em suas mãos, mostrando aos presentes dizia que neles se defendiam o encerramento dos planos de eletrificação do Cariri. Dessa forma, para ele, “o Cariri está ameaçado passar mais 10 ou 20 anos às escuras, apelou ao povo do município e toda zona sul do estado, para intensificar seus esforços e trabalhar em prol da eletrificação do Cariri”. (ACMJN, caixa 297, 1 de outubro de 1956, p.19a).

Solicitava-se à Câmara Municipal de Juazeiro do Norte a edificação de um pelotão de defesa desse projeto cujos líderes seriam constituídos pelos poderes públicos das cidades que compunham o Cariri. Como também deliberam a expedição de telegramas, argumentando os pontos benfazejos desse esboço e seu mérito, ao General Teixeira Lott¹⁶, chefe da casa militar, e ao Nelson Melo¹⁷, presidente da Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso. Deixava discriminado, nessa documentação, que a proposta de Virgílio Távora era “um atentado a economia do Ceará” e, para o vereador Augusto Tavares, fazia-se necessário à formação e fundação de um grupo compacto e apartidário para defendê-lo, ou seja, robustecer o almejado *Sistema Cariri*. Ponderam, assim, a exiguidade regional desse insumo e a impossibilidade de esperá-lo por mais 5 ou 6 anos e aspiram que a sua vinda promoveria um avanço no processo de industrialização e modernização de sua terra. (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b). Nesse intento, a câmara enviou o seguinte telegrama aos deputados federais e estaduais cearenses:

¹⁶ Henrique Teixeira Lott nasceu em Sítio (MG) em 16 de novembro 1894 e faleceu em 19 de maio de 1984. Seguiu uma carreira militar, chegando a ser Ministro da Guerra. Realizou um golpe após a morte de Vargas (1954) a fim de assegurar a vaga da presidência ao candidato que seria eleito, ou seja, Juscelino Kubitschek.

¹⁷ Nasceu em Santana do Livramento (RS) em 20 de agosto de 1899 e morreu em 3 de janeiro de 1989. Militar e apoiou o golpe dado pelo General Teixeira Lott a fim de assegurar a eleição e manutenção de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A Câmara Municipal de Juazeiro interprete do pensamento do povo deste município protesta energicamente o plano que visa modificar o sistema de eletrificação do Cariri desposado Vossa Excelência. Apelamos que reconsiderem essa atitude pt. Essas propostas visam protestar a vinda da energia de Paulo Afonso ao Cariri, são contrários aos justos anseios dessa populosa região. Consideramos extemporânea atitude e vosmecês gesto deselegante, anti-político, anti-econômico, lesivo aos interesses do próprio Ceará (ACMJN, caixa 297, 17 de outubro de 1956, p.25b).

No tocante a proposta de sondar os procedimentos e a burocracia técnica dos engenheiros da CHESF, que faziam a análise do Sistema Cariri e da instalação das redes de Paulo Afonso no Cariri, a Câmara Municipal alvitrou ao prefeito de Juazeiro do Norte titular uma comissão composta pelos membros do Comitê pró-eletrificação do Cariri para conversar e entender-se com eles. Objetivavam, outrossim, averiguar quais os possíveis empecilhos encontrados pelos engenheiros em relação à validação do plano financeiro de instalação das redes da CHESF na região. Na euforia das sessões da câmara, motivadas pelo desconhecimento das causas que estava retardando o resultado dessa análise técnica, o edil Francisco Augusto Tavares obsecrou a palavra e com o Jornal *O Povo*, em mãos, proferiu um editorial ratificando que o povo do Cariri corroborava com o projeto de Virgílio Távora. Essa fala do vereador provocou um mal estar entre seus pares, impelindo, destarte, o vereador Dr. Mozart de Alencar solicitar a casa um protesto oficial contra “as mentiras constadas no editorial”. (ACMJN, caixa 297, 18 de outubro de 1956, p.26b).

Os conflitos políticos de defesa do Sistema Cariri e do projeto de eletrificação total do Ceará eram tensos, estando à frente dessa disputa em favor da região caririense os deputados José Colombo de Sousa¹⁸ e Wilson Roriz. Para eles, segundo Silva Filho (2008), fazia-se primordial ao Estado à eletrificação do sul cearense, tendo em vista o incremento de sua infraestrutura e seu desenvolvimento econômico, como também a edificação de uma base competitiva em relação as suas circunvizinhanças. Esse serviço, portanto, foi essencial enquanto condição indispensável à instalação e suporte produtivo para as empresas na região. Levando em consideração, que possuíam uma maquinaria consumidora de uma energia elétrica ininterrupta e a necessidade de sua utilização para o impulsionamento da produção fabril.

As argumentações da Assembleia Legislativa ressoavam nas Câmaras Municipais do Cariri, por exemplo, em sessão da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte estimulou-se

¹⁸ De acordo com Bem Filho (2000), ele nasceu em Itapipoca-Ce no dia 03 de março de 1913 e morreu em 30 de agosto de 1987. Bacharelou-se em 1937 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, professor, historiador, desembargador e escritor, prefeito interino do Crato-Ce, deputado federal por três legislaturas e membro do Partido Social Progressista.

e fez-se um voto de pesar pelos ultrajes e enalços sofridos pelos defensores do Cariri naquela Casa do Povo. Iniciaram, dessa maneira, o forjamento da imagem dos soldados e mártires que se estavam sacrificando pelo bem da eletrificação caririense. Esses rituais políticos exprimidos pelas palavras procuram associar-se e localizar os personagens e a região em um quadro de tensões políticas e econômicas. Isso, por sua vez, envolvia-se pelas penumbras da dicotomia bem e mal, defensores e opressores, os que queriam a modernização e industrialização do Cariri e os que granjeavam retroceder as suas conquistas. Por exemplo, em sessão do dia 19 de outubro de 1956, os poderes públicos juazeirenses tecem uma homenagem ao parlamentar Wilson Roriz, que corajosamente intercedeu a favor do plano de eletrificação do Cariri e foi criticado na Assembleia Legislativa (ACMJN, caixa 297, 19 de outubro de 1956, p.28a).

Em 1957, esse mesmo deputado, em entrevista ao Jornal *Unitário*, disse de forma extrema que se Fortaleza conseguisse primeiro a energia de Paulo Afonso pegaria uma cadeira elétrica, instá-la-ia na Praça do Ferreira e chamaria o parlamentar Távora para apertar o botão de ligamento da máquina. Essas palavras ecoam e servem como discurso marcante para a invenção de mártires dessa causa. Esse deputado desprecisou cumprir essa promessa disseminada pela imprensa do Ceará, pois o Sistema Cariri foi aprovado pelos seguintes engenheiros da CHESF: Antonio José Alves de Souza e Octávio Marcondes Ferras. Mas rejeitado o plano original de 132 KV e aceita a proposta de Távora da potência de 210 KV. Dessa forma, também ocorreu a contemplação do projeto de eletrificação total do Ceará.

Em 1959 adveio a *Festa do Poste*, etapa essa em que o Cariri jubilava a inauguração do primeiro poste fincado em seu território, símbolo de expectativas das mudanças ansiadas após o funcionamento da Companhia de eletricidade do Cariri, que se sucedeu, efetivamente, em 28 de dezembro de 1961.

O RIO SÃO FRANCISCO E O CARIRI

Os discursos do governo federal de redenção do Nordeste doravante produção energética do rio São Francisco frisavam que tal empreendimento possibilitaria atrair indústrias à região para desenvolvê-la. Esses, por sua vez, permeavam-se pela (re) invenção da imagem do Velho Chico como civilizador. Sendo já nomeado de São Francisco, emblema Cristão-Católico que reforçava uma prédica de pobreza e caridade. Os discursos oficiais, dessa forma, empecam a asseverar outras imagens para validar a primeira ingerência do país nessa área de serviços dominada pelas empresas estrangeiras,

por exemplo, a *Light*. Empenhamos, portanto, neste tópico, averiguar como elas foram forjadas no Diário Oficial e, de uma maneira mais especial, as suas apropriações pelos intelectuais caririenses no desvelamento de edificar um elo de sentido entre a história do Cariri e o Velho Chico.

Para a constatação da expansão das redes elétricas da hidrelétrica de Paulo Afonso foi impreterível subjugar a proposta ao comitê de técnicos nacionais. Esse grupo do governo compôs-se por uma estafe especializada/mista Brasil e Estados Unidos. Isso representou a continuidade da dependência do país ao capital exterior, especificamente no projeto de construção dessa usina, sua ampliação e em relação com o financiamento estadunidense nos primeiros anos denominados de Guerra Fria. Para Silva (2011), essa postura do Segundo Governo de Vargas (1951-1954) fez-se na tentativa de conciliar os grupos dos tupiniquins e os privatistas que compunham as forças políticas do governo,

Sendo assim, a composição do centro diretivo de política econômica do governo, apesar da posição nacionalista do presidente, foi marcada pela característica já notória no seu primeiro governo (1930-1945): conciliar as diversas forças políticas do país presentes no governo. Tal centro foi dividido em dois órgãos: a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República e o Ministério da Fazenda, no qual operou a partir de 1951 a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU). (2011, p.70).

O financiamento estadunidense conectava-se aos acordos de diplomacia, de apoio mútuo em questões políticas e econômicas. Para isso, o controle dessa verba fazia-se através da conjectura de uma equipe norte-americana que buscava verificar a rentabilidade e a pertinência do investimento nas regiões designadas para a expansão das redes da CHESF.

Esses técnicos-engenheiros eram funcionários do Banco Mundial para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e chegam ao Nordeste em 1955 para inspecionar as obras dessa hidrelétrica em Recife e Salvador, como também ao Cariri em vista de constatar a possibilidade e viabilidade do *Projeto Cariri*. Para isso, segundo o Diário Oficial publicado no dia 6 abril de 1955, os técnicos da comissão mista solicitaram a seguinte petição: “1-Programa de expansão do sistema de Paulo Afonso; 2- estudo dos Sistemas do Cariri e do São Francisco” (1955, p.5970). Essa notícia da vinda desses técnicos a região e detentores de tais objetivos vivificam e tonificam as expectativas da elite caririense congregada no comitê pró-eletrificação e industrialização do Cariri.

Antes disso, tencionamos analisar a construção de imagens sobre o rio e seu nexos com o Nordeste no Diário Oficial. Esse documento de afirmação oficial delimita, convoca,

unifica e notifica através do poder da escrita às decisões que afetam a vida cotidiana, as necessidades básicas da população, suas questões políticas e econômicas. A relação entre natureza e cultura, nesse documento, estava concatenada à dominação, disciplinarização e controle pelo homem, através da técnica, das fúrias das águas do São Francisco. Essa ideia não se enleava somente a finalidade de levar esse insumo às regiões em prol de industrializá-las, mas também se bricolava pelas construções imagético-discursivas do ideário de conforto que proporcionaria ao Nordeste pós-eletrificação.

Veja-se o contraste da cachoeira, antes e depois desta intervenção disciplinadora. Ontem, era o rio livre e rebelde, a precipitar-se num esbanjamento de força e a ostentar um espetáculo em que somente a beleza compensava a sensação da riqueza desperdiçada. Hoje está aí um São Francisco diferente, parcialmente domado em seus impostos e colocados a serviço do homem, como fornecedor de energia e bem-estar. (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

A história foi evocada em sua ideia de progresso, força de cessação do ciclo da natureza através da ação do homem e andejar desse em direção ao fito de uma presumível bonança. O rio São Francisco perdeu a sua áurea de deus para ser manipulado e controlado pelas forças humanas a fim de acentuar um processo civilizatório¹⁹, suas produções e transformações materiais. Sendo assim, “agora o que já mais impressiona aqui não é o quadro da natureza, mas o inspirado no deslumbramento da paisagem, surge uma poesia de novo tipo, em que a eletricidade aparece como fonte de uma civilização nova e manancial de melhores dias para os habitantes do Nordeste” (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

O ciclo natural do flume, sua atuação e intervenção na vida rotineira das populações dependentes de suas águas mudam em fins da década de 1950. Em tempos passados o flúmen promovia a abundância através de suas cheias, umidificando os seus vales e possibilitando o plantio aos camponeses nordestinos. Em 1955 os discursos dos poderes públicos defendiam a sua restrição pela técnica moderna para transmutar a força hídrica em energia elétrica. Esse projeto passou a ser versado, com base nas imagens e discursos propalados pelo Diário Oficial, como instrumento impar para a irradiação de “múltiplas formas de industrialização e progresso” (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO

¹⁹ Consoante Elias, “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização”, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, “racionalis”, deliberadas. Claro que “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo”. (1994, p.193).

FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754) e incrementar a união nacional no âmbito político e econômico. O Velho Chico foi utilizado também enquanto um elemento natural, como via de unidade geopolítica do país. O forjamento, assim, da ideia de remição econômica do Nordeste através da eletricidade produzida pela CHESF balizou-se pelo ideal de progresso e industrialização.

Para a União, a industrialização e construção de um mercado consumidor de bens duráveis para essa região era imprescindível, sendo para isso elementar o guarnecimento da energia elétrica. Com esse intento de aditar a produtividade e o mapa dos consumidores expõem-se pelos poderes públicos, na fonte aqui analisada, como alicerce para a intervenção do Governo Federal nessa seara de serviço. A eletricidade produzida pela CHESF provocaria, segundo a ideologia liberal contida na escrita do Diário Oficial,

A elevação do nível de vida do nordeste através da melhor a capacidade aquisitiva de seu habitantes e do seu ritmo de produtiva de seus habitantes e do seu ritmo de produtividade, será sob todos os aspectos um excelente negócio para os homens do sul, ao mesmo tempo que descortinará para as populações locais, novos horizontes de prosperidade e conforto. (DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL, 17 de janeiro de 1955, p.754).

Nessa fonte, delimitou-se, outrossim, a zona de atuação e prolongamento da CHESF, a saber, o chamado *Polígono das Secas*. De acordo com esses discursos dos poderes públicos, a eletricidade a possibilitaria inserir um maquinário tecnológico que viabilizaria a irrigação da terra e rarearia o êxodo rural. Destacamos três expectativas dos discursos expostos nesse documento oficial tendo em pauta a criação da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso: 1- a eletricidade produzida pela CHESF levaria a Civilização ao Nordeste; 2- que esse recurso o colocaria no mesmo patamar de igualdade material a região Sul-Sudeste; 3- provocaria o crescimento econômico e industrial do país de uma forma igualitária.

Para pensarmos como esses discursos foram apropriados pela elite caririense, analisamos o discurso feito por J. Figueiredo Filho. Ratificamos a propensão do discurso produzido por esse intelectual, pressupondo seu *lugar social* e sua consolidação no *campo* de pesquisa da história do Cariri à época. Por exemplo, foi professor de História do Cariri da Faculdade de Filosofia do Crato²⁰, única faculdade na região na década de 1950, e um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri (ICC). A publicação dessa matéria

²⁰ Fundada no dia 6 de dezembro de 1959 e em 1986 incorporada às outras instituições de ensino superior existentes na região do Cariri para a fundação da Universidade Regional do Cariri (URCA).

propagou-se na Revista do ICC, Itaytera, em 1956. Como, então, JFF, em sua (re) escrita da história do Cariri relacionou o Cariri ao São Francisco? Como ele se apropriou da imagem da eletrificação produzida pela CHESF?

O título dela sugere um pouco como JFF colocou-se sobre esse discurso oficial. Ele era o seguinte: “A civilização que veio pelo São Francisco” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.7). Esse intelectual no forcejamento de (re) escrever a história da região do Cariri, a partir das expectativas de progresso econômico e modernização regional, marcou-se pelo discurso de participação do Cariri no aproveitamento do insumo energético da CHESF. As questões do presente fizeram-no (re) construir toda a história do Cariri, buscando colocar em relação essa espacialidade e o Rio São Francisco. Esse engendramento do passado serviria para corroborar e sancionar que essa região desde tempos remotos beneficiou-se do Velho Chico. Primeiramente, por meio da determinação natural, do seu convívio com os Índios Cariris, dos percursos fornecidos aos desbravadores do sertão e a colonização pelos brasileiros brancos e mestiços dessa terra. Segundo ele,

O Cariri cearense é filho da expansão povoadora, vinda pelo rio S. Francisco e seus afluentes, entre os séculos XVII e XVIII. Foram Brasileiros brancos e mestiços da Bahia, Sergipe e Pernambuco, os primeiros portadores da civilização, a penetrarem nesta sub-região, atraídos pelo sortilégio de novas pastagens para o gado. O silvícola, encontrado na terra pelo civilizador, também chegara, entre os séculos IX e X, depois de Cristo, pelas mesmas estradas apontadas, pelos afluentes do S. Francisco. (ITAYTERA, n.II, 1956, p.7).

Para testificar a ideia do Rio São Francisco como civilizador do Cariri se evocou, para isso, as imagens-discursivas criadas sobre o mito da origem da região. Esse dispositivo foi fundamental para (re) construir a identidade regional a partir de 1950 e dar sentido aos seus empreendimentos de tecer uma nova história do Cariri a partir de seu elo com esse rio. Para isso, JFF aquiesceu com os estudos feitos por Tomás Pompeu Sobrinho²¹ em seu trabalho sobre “As origens dos Índios Cariris”. Sobrinho, nessa análise, criticou o etnólogo alemão Von Martius²², pois o mesmo afirmara que os Índios Cariris habitavam até a região do Acaraú no Ceará. Segundo ele,

²¹ Nasceu em 16 de novembro de 1880 na cidade de Fortaleza- Ce e faleceu em 9 de novembro de 1967. Engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto, geógrafo, antropólogo e historiador. Membro efetivo do Instituto do Ceará. Exemplificando as várias obras publicadas por ele, tanto como artigos na Revista do Instituto do Ceará e livros, temos a seguinte: A “Proto-história cearense” publicada em 1946.

²² Nasceu em 1794 em Munique e faleceu em 1868. Médico, botânico e antropólogo. Chegou ao Brasil na comitiva da Grã-duquesa austríaca Leopoldina e publicou a monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”.

Apesar de já ter sido satisfatoriamente demonstrado que estes ameríngos, no Ceará, não habitaram as regiões centrais, limitando o seu domínio ao sul Estado, especialmente ao Vale do rio Salgado e a zona fresca do vale que tomou a denominação tribal, conspícuos divulgadores da história do Brasil continuam propagando noções erradas a respeito do habitat deste povo (REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, 1950, v. LXIV, n.LXIV, p.318).

Percebemos que a concepção de JFF do São Francisco legitima a sua imagem de “rio civilizador” e sua ligação com a formação do Cariri, vinculando-se, assim, diretamente as correlações entre as determinações naturais e culturais. Segundo ele, “a missão do grande rio é eminentemente civilizadora, não só para o Vale caririense como importante trecho para nosso Brasil” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14). As etnias que chegaram ao território do sul do Ceará para habitá-lo, para esse intelectual, foram por meio também desse rio. A primeira era a simbiose do silvícola ao ambiente, que se considerava parte desse organismo vivo, um pedaço do sistema de equilíbrio da mãe terra, não apenas respeitava a natureza, mas era parte dela, cuidava-a como estivesse cuidado de si mesmo, dos seus. Dessa forma, deixava-se levar pelos ciclos naturais, pois as formas simples da técnica de sobrevivência que tinham e o desconhecimento das causas dos fenômenos da natureza os colocavam a mercê da força desse ambiente.

Procurando ressignificar as imagens bíblicas do paraíso da terra e a terra onde emana leite e mel, os intelectuais em torno do ICC enobrecem a natureza da região, sua beleza e riqueza agenciando indícios construídos no século XIX, a título de exemplo, os relatos de viajantes e naturalistas que vieram à região como o George Gardner, que se encantara com a beleza do Vale do Cariri e sua serra do Araripe. Para Pinheiro²³, “há mais de cem anos o naturalista escossês George Gardner, em um raptó de lirismo, exprimiu as sensações que lhe vincaram a alma para sempre no dia em que chegou ao Crato [.....]. Tanto mais lhe deleitaram os olhos as paisagens caririenses quanto acabara ele de viajar do Aracati a Crato” (2010, p.07) . No fim da citação de Gardner, Irineu Pinheiro concluiu desta forma: “É verdade podemos considerar o Cariri uma zona à parte no interior do Nordeste” (2010, p.07). Segundo as impressões de Gardner,

Partimos às quatro horas. Passámos a noite em um engenho chamado Guaribas, ao pé da Serra de Araripe, cerca de léguas e meia ao oeste de Crato. Ao clarear da manhã seguinte de novo nos pusemos a caminho e

²³ Nasceu em Crato no dia 6 de janeiro de 1881 e faleceu em 1954. Em 1910 graduou-se em medicina pela Faculdade de Rio de Janeiro. Fundador e primeiro presidente do *Rotary Club do Crato*, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, Sócio-fundador e 1º presidente do ICC. Destacamos as seguintes obras desse intelectual: *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914* (1938) e *O Cariri* (1930).

pouco depois subimos a serra debaixo de forte chuva e sobre uma parte bem mais baixa que a de poucas léguas a leste. A serra tem aqui cerca de trinta milhas de largura. A primeira parte era muito semelhante às outras já por mim visitadas- bem plana, descampada, com arvores grandes mas raras, e coberta em muitos lugares de numerosos arbustes. A árvore aqui mais comum era uma bela espécie de vachysia, que só mui raramente eu encontrara antes, e de magnífica aparência com suas folhas verde-escuras e brilhantes e com suas vergonhas de vivas flores amarelas na ponta dos raminhos.

A parte mais ocidental é densamente coberta de pequenas arvores; grandes tratos delas são queimados anualmente para mais abundantes suprimentos de pastagens para o gado e os cavalos que para ai se mandam durante a estação da seca. (1975, p.184).

O JFF (re) afirmava essa cunhagem imagético-discursiva do Cariri através das seguintes palavras: “Foram aqueles silvícolas que os colonizadores, também vindos da banda do São Francisco, encontraram como donos dessas terras dadivosas, parecendo mais outra Canaã dos tempos bíblicos, verdadeira ilha de vegetação exuberante, perenemente verde, no meio da caatinga bravia” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.8). Nessa viagem ao sul do Ceará, esse alemão relatou o seu estranhamento com a beleza e riqueza natural que possuía a região, como também denunciou o avanço destruidor, segunda relação demarcada por JFF, da Serra do Araripe pelos fazendeiros da região. Ou seja, a dominação da natureza a fim de interesses econômicos e políticos, dava visibilidade às novas relações vivenciadas entre o homem caririense e a natureza, aquele não se sentia mais um órgão do grande organismo que era a Chapada do Araripe, mas seu dono.

Os intelectuais caririenses também se apropriam das imagens discursivas do rio São Francisco, como civilizador e promotor da unidade nacional. Para JFF, reduzindo a escala espacial na tentativa de (re) inventar a imagem do Cariri, colocou também o rio como promotor da integração das etnias que chegaram à região e formaram a população do Cariri, a importância em sua economia de base agrícola e pecuarista. Contudo, ele destacou duas etnias: a indígena e “depois povoadores da Bahia e de Sergipe, mais tarde o gado Zebo e holandês” (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14). Há silêncio, destarte, nessa narrativa, sobre as contribuições culturais, biológicas e técnicas das etnias africanas na formação do Cariri.

A (re) invenção da história do Cariri por JFF motivou-se pelas expectativas da vinda da energia da CHESF. Consoante ele, esse acontecimento promoveu a inauguração de outro momento para a história regional. Que, por sua vez, teria como baliza o prelúdio das primeiras mudanças econômicas e materiais no sul do Ceará a partir da instalação das redes de Paulo Afonso. As expectativas de Filho se vinculam aos processos de

transformações da cultura material na região, o crescimento econômico, o avanço técnico e a modernização do território através do processo de industrialização via eletricidade. Segundo ele, “em 1960 chegarão ao Vale Caririense, os fios redentores da CHESF, criando novas riquezas especialmente com apreciável surto industrial”. (ITAYTERA, n.II, 1956, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos o cenário político-econômico da construção da CHESF e a expansão de suas redes ao Cariri cearense. Esse embate político, na seara nacional e estadual, estava embasado na expectativa de levar às regiões pertencentes ao *Polígono das Secas* a industrialização, a modernização, o avanço das técnicas e uma cultura material moderna. A elite caririense procurou ser atingida por esse recurso por dois motivos: 1- a promoção da industrialização e modernização da espacialidade; 2- a manutenção e aumento de seu mercado consumidor.

Investigamos a história da eletricidade do Cariri cearense, os embates políticos, que se misturavam com o ritual repleto pelas ideias econômicas contraditórias do período, por exemplo, tinha-se a produção de artigos em jornais e sua encenação nos ambientes políticos do Cariri. Os anseios para o crescimento econômico regional de base industrial movia-se com as expectativas de absorver os produtos tecnológicos que promoviam o conforto dos lares domésticos e a massificação da produção através de máquinas acionadas a energia elétrica. As classes sociais mais abastadas do Cariri (re) afirmam esses sentimentos em suas viagens às regiões possuidoras desse avanço material no Brasil, como São Paulo, e no recebimento dos periódicos e revistas que traziam em suas páginas as propagandas desses artefatos tecnológicos.

O rio São Francisco foi tomado pelos discursos dos poderes públicos, em nível estadual e federal, como redentor desse Nordeste. Imbricando, assim, imagens e discursos da seara econômica e política. Uma dada salvação dessa região do país não se dava pós-1945 apenas com a construção de açudes e outros projetos em prol de auxiliar essa região marcada pela seca. Mas também, o discurso-imagético da seca atrelou-se, à época, as possibilidades de industrializar esse território a partir da eletricidade. Levar a energia para uma localidade seria carregar ao mesmo tempo os vários benefícios modernos mobilizados por esse insumo. As relações entre a natureza e cultura se modificam, transformam-se enquanto expectativas de transposição de etapas e corte do ciclo determinista da natureza. Enquanto a seca foi colocada como elemento fundamental de justificativa natural do atraso

dessa região, a eletrificação através da CHESF promoveria o corte histórico nesse ciclo e o avanço da cultura material. Viabilizando, assim, a transformação do sertão em uma terra de abundância e riqueza.

Os intelectuais do Cariri, especialmente, J. Figueiredo Filho, mestre de toda uma geração de folcloristas e historiadores no sul do Ceará, (re) inventou a história do Cariri a partir da expectativa da chegada das redes da CHESF à região. Nesse sentido, procurou forjar novas teias de sentido, relacionando a construção da história do rio e seu vínculo a do Cariri, doravante fazendo um esforço de regressão às origens da região. Correlacionando, outrossim, em sua narrativa o futuro como progresso material e de prosperidade, o hoje enquanto corte do passado e o ontem como resquício de uma época, de uma cultura material rudimentar, mas fundamental para medir os avanços do presente e projetar esperanças melhores para o porvir.

Enfim, buscou esse *mito fundador* em seu contato mútuo entre o diferente, que era o emergir de múltiplos sonhos para o futuro a partir da eletrificação da região, elemento de afirmação da identidade local, e os laços que uniam a história do Velho Chico e do Cariri cearense. Dessa maneira, para afirmar tais imagens e discursos pensou a correlação simbiótica entre os silvícolas e a serra do Araripe até as modificações do contato do homem com a natureza a partir do incremento da vida material da população ali existente. Dessa maneira, a eletricidade serviria para inaugurar um novo momento para a história do Cariri, por meio de uma dada *revolução industrial* nessa espacialidade, que vivia a mercê de uma indústria de bases artesanais antes de 1961.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Bauru- São Paulo: Edusc, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARRETO, William de Miranda. *Eletrobrás: o embate por trás de sua criação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Dissertação de mestrado.

BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: Enciclopédia Einaudi. *Anthropos-Homem*. Portugal: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985, p.333-396.

BEM FILHO, Mario. *Dados Biográficos dos Homenageados em Logradouros Públicos de Juazeiro do Norte* (v.1; v.2). Fortaleza: Editora ABC, 2000.

BONATO, Tiago. Construindo a paisagem da América Portuguesa. In: SALES, Jean Rodrigues et AL. *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, pp.219-233.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *História do cotidiano e da vida privada*. VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.376-398.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.

GARDNER, George. *Viajem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

GIAVARA, Eduardo. *Os Annales e a História ambiental: das ruas de Paris à História Nova*. Cad.Pes. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.2, 2011, p.577-586.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.

LEITE, Ary Bezerra. *História da Energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Democrática, 1996.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p.167-232.

LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.317-149.

MARQUES, Roberto. *Seja moderno, seja marginal: engenhos e artimanhas da contracultura no Cariri*. Revista Sociedade e Cultura. v.11, n.2, 2008, p.191-198.

_____. *Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70*. São Paulo: Annablume, 2004.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. De “Juazeiro” à Juazeiro do Norte: crescimento e expansão da cidade (1930-1980). In: PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. *Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro/Ce*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2014, p.74-113. (Dissertação de Mestrado).

QUEIROZ, Fabio José Cavalcanti de. *Padre, Coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militar 1964-1985*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Tese de doutorado.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

SCHORSKE, Carl e. A ideia de cidade no pensamento europeu: Voltaire a Spengler. In: SCHORSKE, Carl e. *Pensando com a história: indagações na passagem para a modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.53-72.

SEMEÃO, Jane. Revista “Itaytera”, natureza e Cariri cearense: a (re)invenção de uma identidade (1955-1980). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH- São Paulo*, 2011, p.1-14. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acessado em: 10/01/2014.

SEMEÃO, Jane; GOMES, Assis Daniel. O Instituto Cultural do Cariri e a (re) construção identitária caririense (1950-1970). *Anais da XIII Semana de Iniciação Científica da URCA*, 2011, p.1-8. CD-ROM.

SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio*. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.513-620.

_____. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. *Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Tese de doutorado.

SILVA, Marcelo Squinca. *Energia Elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967*. São Paulo: Alameda, 2011.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Estudos Avançados. V.24, n.68, 2010, p.81-101.

VARGAS, Milton (org). *História da técnica e tecnologia no Brasil*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na História e Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991, p.198-215.